



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Trabalho e Conhecimento

desafios de uma ciência para o homem

Marcos Del Roio

Como citar: ROIO, M. D. Trabalho e Conhecimento: desafios de uma ciência para o homem. *In:* ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p15-26. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.p15-26>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

TRABALHO E CONHECIMENTO: DESAFIOS DE UMA CIÊNCIA PARA O HOMEM¹

Marcos Tadeu DEL ROIO²

1

A especificidade humana pode ser definida por um complexo de capacidades naturais, como o trabalho e a linguagem, derivados de um conjunto de características anatômicas que possibilitam a construção de uma segunda natureza, a qual pode ser chamada de “cultura”. A “cultura” é produto da capacidade humana de moldar o ambiente natural de forma a adaptá-lo a seus desígnios, por meio do trabalho. O trabalho pode ser visto como o fundamento da sociabilidade humana, na medida em que é por meio do trabalho que se estabelece o vínculo imediato entre o homem natural / social com a natureza da qual o gênero humano se desdobra. O trabalho, no entanto, exige uma capacidade de projeção, de ideação, de teleologia daquilo que redundará do ato mesmo do trabalho.

Assim, a sociabilidade humana exige também a existência da linguagem para que o trabalho seja efetivamente o criador de uma segunda natureza, produto do arbítrio e da imposição do homem como ser social. É somente por meio da aprendizagem que o produto do trabalho se transforma em conhecimento acumulado e em forma específica de apropriação da natureza, ou seja “cultura”. Outros primatas têm a capacidade de alterar o ambiente em seu benefício, assim como formas rudimentares de linguagem, mas não têm a capacidade de arbitrar sobre o ambiente, ou seja, de criar representações e projeções que configuram um conhecimento específico da natureza que é a “cultura”.

¹ Este texto foi a conferência de abertura do V Simpósio de Filosofia e Ciência da FFC-UNESP, realizado entre 3 e 6 de junho de 2003. O próprio caráter e a finalidade do texto, destinado inicialmente a ser uma exposição oral, explicam a ausência de notas e de referências bibliográficas. No entanto, é necessário que se esclareça, até para que não se venha supor o absurdo de uma completa auto-suficiência do autor, que este texto buscou alicerçar-se principalmente em KARL, Marx. *A ideologia alemã* (Fuerbach). São Paulo: Hucitec, 1985; KARL, Marx. *Elementos fundamentais para la crítica da la economia política* (Grundrisse). México: Siglo XXI, 1987; LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981, 2v e MESZAROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas.

A origem do gênero *homo* encontra-se em uma diferenciação da família dos hominídeos, que ocorreu cerca de 4 a 5 milhões de anos atrás, em razão de transformações ambientais e da evolução biológica. Embora a datação e os detalhes do processo de diferenciação sejam muito polêmicos, pode ser dado por estabelecido que o gênero *homo* é aquele capaz de aprendizagem relativamente complexa, daí ser capaz de trabalho e de arbítrio, e, logo, de alguma forma embrionária de cultura. O processo de hominização, ou seja, aquele processo biológico que culmina na constituição do atual *homo sapiens*, ocorre vinculado ao processo de humanização, ou seja, o processo histórico cultural que traz o complexo cultural humano aos tempos atuais e a suas perspectivas de transformação.

O gênero *homo* surge a partir de necessidade coletiva da coleta e da caça, deixando de ser um animal vegetariano para ser um animal caçador de outros animais. A necessidade da caça em busca da sobrevivência induz a moldar o ambiente, a fim de superar os seus limites naturais como caçador. Da elaboração de estratagemas e de instrumentos para a caça e do seu uso social é que surgem o trabalho e a linguagem e daí o conhecimento e a cultura.

O nicho cultural humano, aquele pequeno pedaço de natureza transformada pelo trabalho, sofre o avassalador predomínio do ambiente natural. A organização da vida social é simples e em muito se assemelha à sociabilidade dos outros hominídeos. Mas, com o passar dos milhões de anos, o corpo e o cérebro do hominídeo *homo* aumentou em tamanho e complexidade, provavelmente com um certo direcionamento para a habilidade predadora.

Assim, também a cultura se refina com a criação de instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados, o que exige um conhecimento maior. Isso significa que a capacidade humana de se apropriar do ambiente natural segundo os seus desígnios foi se ampliando, na medida em que o processo de hominização avançava. O controle do fogo pelo *homo erectus*, cerca de 600 mil anos passados, é um marco dos mais importantes.

Aparentemente, o surgimento do *homo sapiens*, perto de 200 mil anos passados, foi uma evolução linear a partir do *homo erectus* e que, de início, teve um significado histórico-cultural pouco perceptível. Um novo e significativo grau de complexidade cultural apareceu cerca de 40 mil anos atrás, quando o homem havia já atingido uma difusão territorial bastante grande, estando certamente presente na África, Ásia, Europa e talvez até mesmo nas Américas.

Por todo esse longuíssimo período, que perfaz quase todo o tempo de existência do gênero *homo*, o trabalho humano agiu

basicamente sobre aquilo que o ambiente oferecia, como minérios, plantas e animais, particularmente a pedra, a madeira e o osso - a matéria-prima essencial para a construção de artefatos - tendo mesmo alcançado um grau acentuado de diversidade e perfeição. A cultura se reproduz pela aprendizagem do conhecimento adquirido no processo de trabalho, mas também pelo conhecimento das representações criadas sobre o ambiente natural, que é apenas uma outra forma de apropriação pelo homem. Essas representações são explicações para fenômenos dos quais o homem não tem conhecimento real, efetivo, científico. Há um conhecimento alienado, no sentido de que é uma apropriação meramente arbitrária da natureza, que adquire uma determinada representação, inclusive sob a forma de arte. A noção do sagrado, assim como o mito e o rito, são uma necessidade humana em uma determinada fase de desenvolvimento histórico-cultural.

2

Uma grande inovação cultural produzida pelo *homo sapiens* ocorreu cerca de 8-10 mil anos atrás: o controle do ciclo de algumas plantas gerou a agricultura sedentária, inicialmente em algumas áreas férteis em torno de alguns rios, que, em concomitância, exigiu a invenção da cerâmica. Em épocas próximas uma das outras, a agricultura e a cerâmica se desenvolveram na Mesopotâmia, no Egito, na Índia e na China. Mais tarde, surgiram também na Meso-América e na América Andina. A partir de então, foi possível a existência de um excedente na produção, que deveria ser armazenado. A divisão social do trabalho se desdobrou em poder político e em novas formas de alienação ou de projeções arbitrárias sobre a natureza. A partir desse momento histórico fundamental, processa-se uma contradição entre a comunidade tribal original e a individualidade humana.

O surgimento da exploração do homem sobre o homem, do poder político e da contradição comunidade / individualidade coincide com novas formas de mito e religião, que tendem a deslocar o feminino do centro da reprodução da vida social para o domínio do masculino, da terra para o céu. Assim, a História, tal como a entendemos, é um longo processo de apropriação da natureza por parte do trabalho do homem social e que se manifesta como conhecimento passado para as gerações seguintes, por meio da aprendizagem do processo de trabalho e das representações do mundo. Os limites do conhecimento são supridos pela intervenção do arbítrio ou das formas alienadas de explicação do mundo natural (mito, religião e ideologia), de modo que também o processo de trabalho, ele mesmo, deve encontrar uma explicação e uma representação ideológica.

A humanidade, a partir desse evento fundamental que foi a descoberta da agricultura, organizou-se em formas sociais relativamente variadas e logicamente concatenadas, no seu desenvolvimento, quando vistas do ponto de vista do processo de trabalho e da sua exploração, assim como do ponto de vista do processo de humanização. A forma original do processo encontra-se na tribo, na comunidade, que é também a mais estável e duradoura, até por preservar os vínculos sociais naturais. É da tribo que surge a forma social, que pode ser identificada como oriental, tal qual apareceu na China, na Índia, na Mesopotâmia, no Egito, no Peru e no México, com as suas significativas semelhanças e diferenças.

Na China, a comunidade encontrou a sua representação num Estado extenso, forte e duradouro; na Índia, na maior parte do tempo, as comunidades conviveram lado a lado, mas geraram uma diferenciação social baseada em castas; na Mesopotâmia e no Egito, a evolução levou a forma social baseada no trabalho escravo, que se difundiu depois por toda a bacia do Mediterrâneo. A forma social oriental indiana se desdobrou na forma eslava e esta na forma germânica, cada uma mais avançada que a outra do ponto de vista da emancipação do indivíduo humano da comunidade original. Isso em razão das diferenças que foram surgindo no processo de trabalho e na geração do excedente.

O processo de trabalho encontra-se em mãos do trabalhador e este se sente como parte da comunidade nas formas orientais, eslava e germânica, ainda que em modos diferentes. No escravismo, o trabalhador é ele mesmo um instrumento de trabalho que pertence à comunidade. Quando o escravismo antigo entrou em crise e se chocou com a forma social germânica, teve origem uma nova forma social, que foi o feudalismo ocidental. Nesta, o trabalhador voltava a contar com o domínio do processo de trabalho, mas estava preso à terra, que fundamentava a hierarquia feudal.

Desde o surgimento do excedente econômico, com a acumulação e circulação da riqueza social, estiveram presentes, sob formas determinadas e posições diferenciadas e embrionárias, o capital e o mercado, mas sempre de modo subsumido à comunidade idealmente constituída. Assim, também o conhecimento se organizava de diversas formas, mas o predomínio era sempre do arbítrio ideológico humano, que subsumia o conhecimento científico no mito ou na religião.

3

A crise do feudalismo, particularmente no modo em que ocorreu na Inglaterra, criou as condições para a emancipação do mercado e do capital como instâncias particulares da vida social, que

tendiam a sobredeterminar o conjunto da forma social ao dissolver as instâncias comunitárias e suas representações ideológicas. E com isso criou também a condição para a emancipação da propriedade privada individual, e do próprio indivíduo, das pregressas imposições postas pela auto-representação arbitrária da comunidade.

De tal modo, o próprio conhecimento científico encontrou um espaço social autônomo, ao possibilitar que indivíduos notáveis se enveredassem por esse novo caminho, fazendo uma recopilação do conhecimento humano acumulado e submetendo-o ao crivo crítico dessa nova perspectiva. Percebe-se então que a emancipação do capital e do mercado possibilita também a emancipação do conhecimento científico, ainda que dentro dos limites da nova forma social em gestação, aqueles impostos pelo mercado e pela propriedade privada do capital.

A progressiva extinção das terras comunitárias inglesas, transformadas em propriedade privada do capital (aproximadamente entre 1580 e 1730), associada a uma produção manufatureira de crescente demanda, a separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho - e mesmo do controle do processo de trabalho - e ao saque das riquezas produzidas num mercado mundial, determinado ainda de forma preponderante pela ordem feudal, tornou possível uma extraordinária inovação na trajetória do *homo sapiens*: a emancipação do indivíduo da comunidade e a criação do maquinismo.

Máquinas existiam desde os primórdios da divisão social do trabalho, mas o maquinismo tem o significado da criação de máquinas que produzem outras máquinas. Mas a forma social que dá origem a essas máquinas é a mesma que emancipa o indivíduo da comunidade, sob a forma de proprietário privado dos meios de produção, sob a forma de capitalista, portanto. Assim, contraditoriamente, o trabalho social fica subsumido à máquina e a produção da riqueza social é apropriada de forma privada, de modo a implicar o trabalho abstrato em capital acumulado sob a forma de máquinas, terras ou dinheiro. Dessa maneira, apenas os proprietários privados do capital aparecem efetivamente como indivíduos emancipados. Essa emancipação se manifesta na forma de Estado do capital e em complexo ideológico do capital, que faz com que todos os homens pareçam emancipados dos laços comunitários e das ordens hierárquicas, a partir do momento em que passam a fazer parte do mercado capitalista.

Mas, na realidade, a forma pela qual surge o maquinismo, sob a propriedade privada do capital, além do fato de romper os vínculos de comunidade e transformar a propriedade privada individual e o mercado em fundamento da vida social, expropria o conhecimento contido no trabalho artesanal e na manufatura e o transfere para a máquina e para o capital. Expropriado da terra comum, expropriado

dos instrumentos de trabalho, expropriado do seu saber pelo processo de acumulação do capital, ao homem, sob a aparência de emancipação política, resta apenas a sua força de trabalho, a sua capacidade de transformar a natureza e a cultura.

O surgimento do maquinismo, portanto, ocorre em meio à contradição entre o trabalho social do homem (comunidade) e a emancipação individual alcançada pela apropriação privada da riqueza social, sob a forma de capital, de modo que não se pode inferir que o trabalho seja emancipado, sendo mais verdadeiro o contrário. O trabalho social tem o seu produto alienado sob a forma de mercadoria, que é privadamente apropriada pelo capital, por meio da mais-valia gerada no processo produtivo.

Na forma social capitalista, não há como negar, tanto o trabalho como o conhecimento humano acumulado se voltam prioritariamente para os interesses da acumulação privada da riqueza social e do conhecimento. A emancipação política dos homens apenas cria a projeção de uma igualdade definida pelo mercado capitalista, de modo que é uma condição necessária para a expansão indefinida do capital e do mercado determinado pelo valor de troca da força de trabalho.

Uma real emancipação da individualidade do homem social da comunidade exige a apropriação coletiva dos meios de produção e do conhecimento no processo de reprodução da vida social. A liberdade individual genérica pressupõe a construção de uma nova comunidade humana, que garanta um crescente controle coletivo sobre os processos naturais e sócio-históricos, para o que a socialização das máquinas e do conhecimento científico é imprescindível. Nesse processo, a qualidade do arbítrio humano exercido sobre o mundo natural tende a se modificar profundamente, na medida mesmo em que avança o conhecimento científico e este deixa de ser propriedade e usufruto apenas de uma parte restrita da humanidade.

4

O processo de concentração e centralização do capital leva à formação de grandes empresas capitalistas e à compenetração entre capital bancário e industrial, além da expansão do Estado em direção ao mercado capitalista. A nova dimensão dos conflitos entre interesses capitalistas e entre Estados que expressam os interesses parcialmente coletivos do capital leva consigo a necessidade de novos conhecimentos científicos e da inovação tecnológica, para que a contenda possa ser travada com possibilidade de vitória.

Não bastasse isso, o capital tem que fazer as contas com a latente subjetividade antagônica gerada no seio do mundo do trabalho, que percebe em modo embrionário que a sua emancipação exige não apenas as liberdades políticas, ainda que estas sejam necessárias para melhor travar o seu combate, mas a emancipação do trabalho, a sua reapropriação como essência do homem, como ser social e histórico. A ampliação das liberdades políticas, em grande medida, é o bastante para conter a subjetividade antagônica, pelo menos enquanto existe uma vasta periferia colonial a ser conquistada, cujo saque beneficia também algumas parcelas da classe operária, que se torna associada do imperialismo capitalista.

O capital, no entanto, não só com o fito de ampliar a sua produtividade e competitividade, mas também com aquele de sujeitar ainda mais o trabalho, reorganiza o próprio processo de trabalho, de modo a concentrar o conhecimento na máquina e no processo de organização do processo produtivo. Assim, o trabalhador se vê expropriado também da capacidade de visualizar a realização do processo de trabalho como um todo, da projeção do produto pronto a ser entregue ao patrão, passando a vivenciar apenas uma parcela da produção da mercadoria. Tornando-se mais complexo, o processo de trabalho também se diversifica, exigindo uma significativa ampliação do setor de serviços (estatal e privado).

Um novo ciclo expansivo do conhecimento humano apropriado pelo capital se dá então sob a rubrica de taylorismo-fordismo. Durante toda essa fase, que marcou o século XX, o mundo do trabalho fabril se organizou sob a forma de fortes sindicatos e partidos políticos, tendo conseguido ampliar direitos políticos e sociais. Esse avanço, em grande medida, contou com a contribuição da revolução socialista russa e dos movimentos de resistência antiimperialistas, nas colônias, tendo apenas tangenciado uma subjetividade antagônica à ordem do capital. Os seus limites também se vinculam à precariedade das experiências de transição socialista do século XX, que desenvolveram as forças produtivas e o conhecimento científico, mas não possibilitaram a apropriação e gestão coletiva do processo de trabalho e da produção social.

No entanto, a partir dos anos 70, a fase designada como fordista e imperialista da acumulação do capital, que se baseava na organização “científica” do processo de trabalho, em uma contínua alocação do conhecimento científico, em investimentos estatais e na busca da ‘regulamentação’ do processo social, por meio de um pacto de “representação democrática” e de direitos sociais do trabalho, chegou a um impasse. A reivindicação operária por mais direitos e pela ulterior ampliação da “representação democrática” ameaçava a própria essência

de um acordo que pressupunha a subalternidade do mundo do trabalho diante dos desígnios do capital. Por outro lado, a produtividade dessa forma de gestão do processo de trabalho alcançava o seu limite, no que tange à competitividade entre as maiores empresas capitalistas, ameaçando uma estagnação nas taxas de exploração do trabalho. Do mesmo modo, o Estado perdia a sua capacidade de investir, ameaçando o consenso social. O resultado é que o capital adentrou por uma fase de crise estrutural gigantesca, da qual não tem encontrado saída.

5

A crise do capital coloca imediatamente em pauta o problema de como conter a queda na taxa de acumulação e de como dar início a um novo ciclo expansivo. De imediato, do ponto de vista lógico, colocou-se a necessidade de uma nova onda de inovação técnico-científica que inserisse mais capacidade produtiva e conhecimento nas máquinas, culminando na criação de robôs. Depois, foi necessário que se criassem os meios para que uma fabulosa gama de conhecimento e informação pudesse ser armazenada e, ao mesmo tempo, estar disponível a um rápido acesso e transmissão, tendo sido necessária uma grande inovação na microeletrônica, para que se realizasse a revolução informacional. Por último, ocorreu uma inovação na organização do processo de trabalho e no seu gerenciamento, que veio a chamar-se toyotismo.

Com essas medidas, tornou-se possível um emagrecimento e dispersão da grande empresa, que pode alocar partes do conjunto onde o controle e a exploração do trabalho humano sejam maiores, onde a produtividade do capital ofereça maior força e enfrente menor resistência de alguma eventual força social antagônica. O resultado é a ruptura das linhas de defesa do mundo do trabalho, a desorganização do seu perfil social, de suas instituições e de sua cultura política, possibilitando a apropriação radical do trabalho.

Há um crescimento exponencial do proletariado mundial, considerando que o capital já atingiu todos os rincões da terra. Mas é um proletariado multifacetado, cada vez menos branco e menos masculino, mais multiétnico e feminino. Também é um proletariado que passa do trabalhador radicalmente expropriado ao operário intelectual, transitando por uma gama de formas de submissão e processos de trabalho de fases passadas da história do capital. Um proletariado composto daqueles inteiramente expropriados do trabalho e do conhecimento científico, mas também daqueles outros que absorvem o conhecimento científico, na medida das necessidades do capital. Uma parte dos trabalhadores precisa incorporar conhecimento científico na proporção em que se transformaram eles próprios em componentes das máquinas que armazenam um vasto conhecimento.

O conhecimento científico exponencial adquirido pelo homem, nas últimas décadas, gerou muito mais miséria e ignorância relativa do que jamais antes na história, e isso porque o conhecimento científico é apropriado e convertido em tecnologia segundo os interesses privados do capital e não do trabalho e da humanidade. Antes, a ciência é meio de anulação de saberes e de exploração do trabalho do homem.

A expropriação radical do trabalho ocorre por diversos meios. Inicialmente, pela desqualificação do saber do trabalhador restante de outros processos de trabalho, depois pela desocupação estrutural crescente, ou seja, pela impossibilidade mesma de exercer alguma forma de trabalho socialmente produtivo e, finalmente, pela expropriação da autonomia mental do trabalhador no seu vínculo com as máquinas e no interior das novas formas de gestão do trabalho.

Uma ulterior forma de expropriação do trabalho ocorre pela subtração dos direitos sociais e pela redução dos investimentos em seguridade social, como educação, saúde, saneamento e previdência. São essas, na verdade, maneiras de se tentar resolver a crise fiscal do Estado burguês, uma faceta da crise estrutural do capital. A privatização das empresas estatais e o empenho pela abertura de mercados (considerando a relativa saturação dos mercados centrais) também fazem parte da ofensiva do capital, tendo em vista o seu objetivo de restaurar a sua 'ordem'.

A ofensiva contra o mundo do trabalho não pode deixar de se expressar também num ataque ao ambiente natural, pois da exploração acelerada de seus recursos vêm vários dos elementos necessários para o enfrentamento da crise do capital. Não só pela inovação tecnológica, que retira a sua matéria-prima do mundo natural para agredi-la depois de transformada em artefato ou detrito, mas pela utilização de produtos naturais imediatamente transformados em mercadoria. A expropriação radical do trabalho e a apropriação privada da riqueza social e do próprio conhecimento provocam uma exteriorização do homem em relação à natureza da qual se originou.

Uma manifestação dessa exteriorização é a crescente financeirização do processo de acumulação do capital. O rentismo é uma característica saliente da acumulação capitalista atual, embora tenha se originado desde o início da fusão do capital bancário com o industrial, cerca de um século atrás. A particularidade do atual momento é que o capital financeiro tende a ser "auto-suficiente", descolando-se do processo produtivo para usufruir apenas do relativo monopólio da comunicação e da informação. Essa aparente tendência de a acumulação se descolar do processo produtivo e do trabalho humano abstrato passa a impressão de que o trabalho e a construção de uma segunda natureza (o ambiente cultural) deixa de ser um fundamento essencial da

sociabilidade humana e da própria acumulação do capital, em favor da comunicação e da linguagem.

Se a utilização do conhecimento pelo capital financeiro tem apenas o objetivo de que o dinheiro se transforme em mais dinheiro, sem passar pela produção de mercadorias, mas tão somente se apropriando de fatias do mercado, é evidente por si mesma a impossibilidade de superação da crise do capital. Mas a aplicação do conhecimento científico, que tende sempre a se transformar em tecnologia, por meio da utilização de uma força de trabalho altamente capacitada, produz máquinas extremamente complexas cujo mercado é o Estado ou grupos políticos não reconhecidos pelo direito. O saber científico, ao ser incorporado nas máquinas que constroem máquinas de destruição ambiental e sociocultural, tende a gerar uma enorme capacidade produtiva, mas também uma ulterior destrutividade implícita no desenvolvimento das forças produtivas sob a regência do capital.

6

Assim, as tendências à financeirização e à militarização na lógica da acumulação do capital carregam consigo o risco iminente da devastação da vida humana pela catástrofe ambiental e pela guerra generalizada, que, somadas à expropriação radical do trabalho e à exacerbação do individualismo egóico-proprietário, poderão levar a humanidade a uma regressão sócio-histórica de grandes proporções e, no limite, colocar em risco a própria sobrevivência da espécie. A crise que estamos vivenciando é, portanto, uma “crise do capital” e uma “crise de civilização”, mas mais que isso, é também uma grave crise do gênero *homo*, em sua trajetória sobre o planeta.

A saída dessa crise e a passagem a um patamar superior de civilização e humanidade exigem uma reapropriação do trabalho e do conhecimento pela comunidade dos homens e o estabelecimento de um novo vínculo de harmonia entre o ambiente natural e o ambiente construído pelo trabalho criativo e emancipado do homem. Exige, da mesma forma, a superação do egoísmo proprietário em favor de uma individualidade efetivamente livre, pois que igual a todos os outros da sua espécie.

A realização de uma revolução comunista, pois é disso que se trata, exige, aqui e agora, a materialização de uma subjetividade antagônica ao domínio do capital sobre o trabalho dos homens e sobre o mundo natural. Isso ocorre a cada momento em que se levanta um movimento de oposição à guerra e à devastação ambiental e sempre que se alça um movimento em defesa dos direitos do trabalho e em prol

da sua emancipação. Mas um elemento central e decisivo de novo complexo social, que deve ser gerado e consolidado, é a luta pela subtração do domínio da ciência por parte do capital. A emancipação do trabalho humano só é possível com a correlata emancipação do conhecimento acumulado, que deve ser um bem disponível e acessível ao conjunto da humanidade.